

RESUMO DA PAUTA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IPREM – MOGI DAS CRUZES – exercício 2016, realizada em 24 de outubro de 2016, as 09h00, no Plenarinho da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes.

Foram apreciados na 10ª Reunião Ordinária de 2016 do Conselho de Administração do IPREM: **Ata** da 9ª Reunião Ordinária realizada em 26 de setembro 2016, a qual foi aprovada; **Ofício nº 327/16**, da Procuradora do IPREM, que encaminha esboço de proposta de cargos para adequação do IPREM às determinações do Ministério Público, o qual segue sob análise; **Ofício nº 354/16**, onde o IPREM encaminha resumo da folha de pagamento referente ao mês de setembro/16 e de aposentadorias e pensões concedidas referente ao mês de agosto/16, do qual foi dada ciência; **Processo nº 35.766/16**, onde o IPREM encaminha posicionamento sobre concessão de aposentadorias, do qual foi dada ciência; **Processos indeferidos nºs: 203.390/16**, do SEMAE, onde servidor requer benefício que especifica, e **700.183/16**, onde servidora solicita revisão e conversão de benefício; **Processos deferidos nºs: 700.207/16; 700.208/16; 700.209/16; 700.211/16; 700.216/16; 700.217/16; 700.220/16; 700.221/16; 700.223/16; 700.225/16; 700.228/16; 700.229/16; 700.231/16; 700.234/16; 700.235/16; 700.237/16; 700.239/16**, os quais tratam de solicitações de aposentadorias de servidores municipais; **700.210/16; 700.215/16; 700.238/16**, os quais tratam de solicitações de pagamentos de pensões por falecimento de servidores municipais; **700.214/16; 700.226/16; 700.227/16; 700.232/16**, de iniciativa do IPREM e que tratam de aquisições de ventiladores, autorização para participação em Congresso Nacional de Previdência, compra de cola para autoenvelopadora, e relatório de aplicações financeiras, de enquadramento perante o Conselho Monetário Nacional e de despesas empenhadas por período, respectivamente; e **700.233/16**, no qual o IPREM encaminha cópia de consulta ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, do qual foi dada ciência. Foi discutido ainda sobre a aquisição de imóvel para sede do IPREM de Mogi das Cruzes e questões relacionadas à Recomendação nº 10/16 do Ministério Público, sobre os servidores passíveis de exoneração.